

→ **Ficha Técnica**

***Periodicidade:** Bimestral ***Edição:** DDD/DICRE ***Direcção:** Amélia Muendane ***Controle de Qualidade:** Amélia Muendane e Clara Panguana
 ***Redacção:** Marcelino Silva, Cecília Vilanculos e Vanessa Mendonça ***Editor:** Marcelino Silva ***Colaboração:** GPINE, DARH, DICRE, DCNIG, DESE, DEMOVIS, DPINE(Cabo Delgado, Manica e Zambézia) ***Design:** António Guimaraes e Claudino Falume ***Propriedade:** Instituto Nacional de Estatística, Av. Ahmed Sekou Toure, n° 21, 1° Andar, Caixa Postal n° 493, e-mail: info@ine.gov.mz, Telef.: 21 485 852 - Maputo, Moçambique

→ **Índice**

→ **Boletim Informativo: n° 47, Maio 2010**

Censo Agro-Pecuário
 Sul prossegue recolha de dados centro inicia processo

2 INE perspectiva acções para 2010

3 *Mobilização de Recursos*
 INE de São Tomé e Príncipe apreende experiência da congénere moçambicana
 FNUAP apoia sistema Estatístico nacional

4 Conselho Superior de Estatística aprova actividades e orçamento para 2010

Causas da Mortalidade em Moçambique
 INE apresentou resultados da consulta nacional

5 Moçambique no seminário sobre indicadores do género
 Estimativa da mortalidade na infância reúne técnicos africanos de estatística

6 *No País*
 FMI auxilia autoridades no melhoramento da produção e disseminação de dados

7 INE apresentou resultados do INCAM
 Lançado compêndio de estatísticas ambientais

Censo Agro-Pecuário



SUL PROSSEGUE RECOLHA DE DADOS CENTRO INICIA PROCESSO

Enquanto no sul prossegue a recolha de dados no campo, e o centro testemunha o início do trabalho de inquirição das famílias seleccionadas, a região norte foi, desde o passado dia 19 de Abril corrente, palco do processo de formação de inquiridores provinciais. Com efeito, a Nampula, Capital da província do mesmo nome, acolheu candidatos oriundos das três províncias do norte – Nampula, Niassa e Cabo Delgado, para durante duas semanas receberem formação sobre os diferentes campos daquela operação estatística.

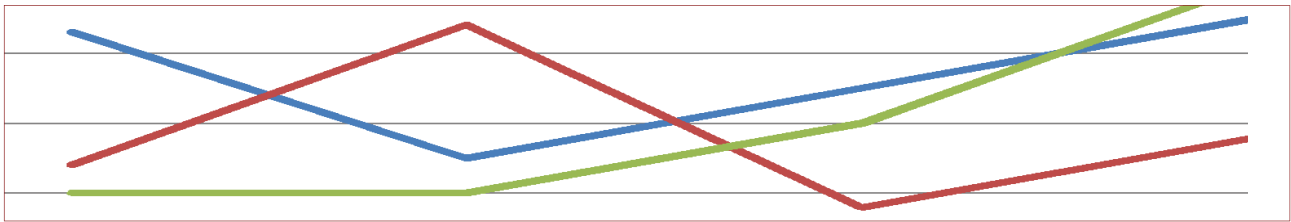
Depois da formação, entre princípios e finais de Março último, de inquiridores e controladores para as Províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia, as operações de recolha de dados no terreno, no quadro

do Censo Agro-Pecuários, conheceram a sua expansão, abrangendo as quatro províncias, depois do pontapé de saída ocorrido na região sul do País no princípio deste ano.

Tal como ocorreu nas zonas sul e centro, a formação que decorre em Nampula, tem como objectivos potenciar os candidatos a inquiridores e controladores, de conhecimentos em matérias relacionadas com os conceitos, preenchimento do questionário Geral e das Grandes Explorações, listagem, localização, medição de machambas. Para o efeito estão a ser ministradas matérias contidas nos manuais (metodologia, inquiridor, controlador, cartografia, logística, listagem e processamento de dados), utilização de mini laptop (CAPI) e GPS.

INE PERSPECTIVA ACÇÕES PARA 2010

• Estatísticas Territoriais e melhoramento da planificação do Sistema Estatístico Nacional na linha das prioridades



Prosseguir na criação das bases para a produção de estatísticas territoriais, que reflectam a realidade do distrito, na sua actual condição de base da planificação do desenvolvimento nacional, constitui, à semelhança do melhoramento dos processos de planificação da actividade estatística nacional, um dos principais desafios do INE no presente ano.

A assunção deste desafio, ocorreu no decorrer do XIII Conselho Consultivo Alargado desta instituição, que teve lugar de 15 a 17 de Março corrente na Província de Gaza. Decorrendo sob o Lema "**Novos Desafios da Estatística Rumo ao Desenvolvimento Nacional**", o encontro, entre outros objectivos, fez uma análise circunstanciada do nível da execução das actividades inscritas no plano de actividades do Sistema Estatístico Nacional (SEN) relativo a 2009, bem como das recomendações saídas do anterior CCAINE.

Dirigido pelo Presidente da instituição, Dr. João Dias Loureiro, que se fazia acompanhar dos Vice-Presidentes paras os Pelouros Demográfico e Económico, respectivamente, Drs. Manuel da Costa Gaspar e Valeriano da Conceição Levene participaram no evento, os Directores Nacionais, Delegados Provinciais, Órgãos Delegados deste organismo – Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, Trabalho, Agricultura e o Banco de Moçambique, para além de representantes dos Ministérios das Finanças, Planificação e Desenvolvimento, Interior, Obras Públicas e Habitação, Recursos Minerais, Juventude e Desportos, Transportes e Comunicações e Mulher e Acção Social, Inspeção Geral de Finanças, Unidade Técnica de Reforma do Sector Público, entre outros.

No seguimento da apresentação da informação relativa ao cumprimento das acções inscritas no Plano de Actividade do ano passado, bem como das recomendações saídas do último CCAINE, foi recomendado o prosseguimento da implementação do Sistema de Gestão de Desempenho da Administração Pública, como forma de assegurar uma melhor gestão dos Recursos Humanos. Para tanto, deverão ser elaborados indicadores de avaliação do desempenho do pessoal.

O XIII CCAINE foi também palco para a apreciação das acções a serem desenvolvidas no presente ano. Trata-se de um documento que apresenta as grandes linhas de actividades, que resultam dos projectos predefinidos no

Plano Estratégico do SEN 2008-2012.

Como resultado das contribuições saídas no seguimento da apresentação do documento, foi recomendada a realização de um estudo orientado para a produção de indicadores do clima económico e os de conjuntura. O facto resulta da constatação da pouca utilização deste tipo de informação apesar da sua reconhecida importância na gestão infra-anual da Economia a nível micro e macro. Na mesma linha de raciocínio foi recomendada a definição, a todos os níveis, das prioridades de todo o SEN.

Dois outros documentos foram apresentados durante o Conselho: o Manual de Planeamento e Plano Director das Estatísticas Territoriais. O primeiro apresenta-se como instrumento orientador para a implementação do ciclo de planificação do Instituto Nacional de Estatístico (INE) e do Sistema Estatístico Nacional (SEN). O segundo, apresenta-se como resposta a um dos principais objectivos do "Plano Estratégico do SEN 2008-2012", o de criar progressivamente, a capacidade de produção estatística ao nível dos distritos e municípios, que respondam às necessidades do processo de governação e desenvolvimento local e nacional".

O Manual de Planeamento apresenta aspectos sobre Planificação Estratégica, mecanismos de envolvimento de diferentes actores no processo de planificação, o papel das Delegações Provinciais do INE na planificação estratégica, Planos Estratégicos Sectoriais, Plano de Acção, Cenário Fiscal de Médio Prazo, Plano Anual de Actividades Orçamentadas, Ciclo de Planificação dos Órgãos Centrais e Órgãos Delegados do INE, Planos Operacionais Infra-anuais, Relatórios de Actividades e Monitoria, entre outros.

Por seu turno, o Plano Director de Estatísticas Territoriais, tem como principal objectivo, criar bases para a produção sustentável e continuada de estatísticas que tenham representatividade a todos os níveis do território nacional, e, por outro lado, que sejam de qualidade fiável e harmonizados de acordo com os padrões internacionalmente aceites.

Durante o encontro foi ainda apresentada a informação sobre o II Censo Agro-Pecuário presentemente em curso, bem como a do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), a ter lugar dentro em breve no País.

INE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

APREENDE EXPERIÊNCIA DA CONGÊNERE MOÇAMBICANA

Colher a experiência da sua congénere moçambicana no concernente a mobilização de apoios financeiros visando a implementação de projectos de produção e difusão da informação estatística, constituiu o principal objectivo da visita efectuada ao País, por uma missão do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, encabeçada pela respectiva Directora-Geral, Elisa Maria Cardoso e integrando ainda o Director de Planeamento da mesma instituição.

Junto do INE de Moçambique, a missão santomense procurou informar-se com detalhe sobre a estratégia que tem vindo a ser seguida na promoção do diálogo junto dos parceiros de cooperação, nomeadamente no capítulo de mobilização de fundos, os critérios utilizados na coordenação desses apoios para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional (SEN), entre outros aspectos.

A necessidade da recolha da experiência da sua congénere moçambicana por parte do INE de São Tomé

e Príncipe surge na sequência da aprovação, recente, pelo Governo santomense, da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística cuja implementação carece de meios financeiros. O INE de S. Tomé e Príncipe acredita pois que a experiência do INE de Moçambique no domínio de mobilização de recursos pode ser útil para a materialização das suas pretensões.

A missão santomense manteve vários encontros com a Direcção do INE de Moçambique encabeçada pelo respectivo dirigente máximo, Dr. João Dias Loureiro, tendo recebido explicações sobre a concepção e implementação do Plano Estratégico 2008-2012, processo de advocacia junto dos parceiros de cooperação, Estratégia de Mobilização de Recursos, Apoio e Coordenação dos Parceiros para o Desenvolvimento do SEN, Mecanismo de Implementação do Fundo Comum, Modelo de Organização e Gestão do Fundo Comum, Mecanismo de Prestação de Contas (Comité de Parceira, entre outros aspectos.

FNUAP APOIA SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL



O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais (FNUAP), assinaram no passado dia de 15 de Abril corrente, uma Adenda ao Memorando de Entendimento que estabelece o Fundo Comum, – designada Adenda nº 3, com base na qual o FNUAP manifesta interesse em prestar apoio financeiro ao Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional (SEN), através do mecanismo do Fundo Comum.

Assinaram o documento, o Presidente do INE, Dr. João Dias Loureiro e a Representante do FNUAP em Moçambique, Dr.ª Patrícia Guzman. Refira-se que o mesmo documento já havia sido assinado pelo Vice-Ministro das Finanças, Pedro Couto.

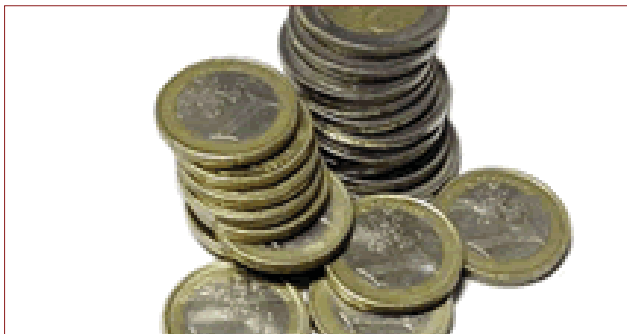
Segundo informações revelados na ocasião, a Adenda 3 tem por objectivo formalizar a adesão do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) ao Fundo Comum e Mecanismos Conjuntos de Diálogo no Apoio

à Implementação do Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional 2008-2012.

Tanto o Presidente do INE assim como a Representante do FNUAP em Moçambique, consideraram, no final da cerimónia, a formalização da adesão daquele organismo

das Nações Unidas ao Fundo Comum, como um passo importante em direcção ao melhoramento dos processos de produção de estatísticas oficiais, fiáveis, imprescindíveis para a planificação do desenvolvimento socioeconómico do País.

CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA APROVA ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2010



O CSE apreciou e aprovou ainda o Classificador de Bens e Serviços (CNBS-Rev.2), documento que garante a comparabilidade dos dados estatísticos a nível nacional, regional e internacional; classifica e agrupa bens e serviços segundo a actividade económica; organiza de forma coordenada e coerente a informação estatística económico-social por ramo de actividade económica em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.); facilita a análise e os estudos a nível sectorial e serve de instrumento de comunicação entre os vários utilizadores.

O Conselho Superior de Estatística (CSE), órgão directivo do Sistema Estatístico Nacional (SEN), apreciou e aprovou recentemente, o Relatório de Actividades do Sistema Estatístico Nacional (SEN), referentes a 2009, bem como o Plano de Actividades e Orçamento do SEN para o presente ano. Aprovou também os Planos Estratégicos dos Subsectores do Banco de Moçambique, dos Ministérios da Saúde, Pescas, Trabalho Trabalho e do Ministério de Ciência e Tecnologia para o período que vai do presente ano até 2012.

O Conselho Superior de Estatística é presidido pelo Primeiro-ministro, Dr. Aires Bonifácio Ali. De acordo com o artigo 16 da Lei nº. 7/96, de 5 de Julho, o CSE orienta e coordena as actividades do Sistema Estatístico Nacional. Integra, para além do Presidente do INE, representantes do Banco de Moçambique, um representante de cada Órgão Central do Aparelho de Estado, dois representantes de universidades nacionais indicados pelo Conselho Nacional do Ensino Superior, representantes de associações empresariais, entre outros.

Causas da Mortalidade em Moçambique

INE APRESENTOU RESULTADOS DA CONSULTA NACIONAL

O Instituto Nacional de Estatística (INE), procedeu, no passado mês de Março, a apresentação pública dos Resultados do Inquérito Nacional sobre as Causas de Mortalidade em Moçambique (INCAM 2007/2008). Esta operação estatística, que decorreu entre 2007 e 2008, foi realizada em colaboração com o Ministério da Saúde contando ainda com a assistência técnica da MEASURE Evaluation, CDC e do Bureau de Censos dos Estados Unidos da América e com financiamento da USAID e do UNICEF.

As estatísticas sobre as causas de mortalidade são essenciais para a medição das condições sanitárias e do bem-estar da população. Todavia, a falta de informação fiável, particularmente sobre as causas de morte, constitui um problema comum na maioria dos países em desenvolvimento. Para os países onde o sistema de estatísticas vitais não funciona (ou funciona com limitações), o Censo populacional assume-se como

uma oportunidade única para criar um marco amostral que permita estudar as causas de mortalidade à escala nacional.

Foi, pois, na procura de respostas para colmatar a lacuna, que após o censo populacional de 2007 o INE fez a selecção de uma amostra de áreas geográficas visando permitir a realização de estimativas das causas de mortalidade à escala nacional e sub-nacional. A amostra foi desenhada para ser representativa a nível nacional, provincial, por área de residência (urbano - rural) e por sexo, abrangendo somente óbitos das pessoas que residiam em agregados familiares.

Durante a pesquisa foram visitados por inquiridores do INCAM, um total de 17,000 agregados familiares nos quais tinham sido reportadas durante o Censo 2007, 18.103 mortes.

A cerimónia de divulgação dos resultados do INCAM será dirigida pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Dr. João Dias Loureiro e contará com a presença

do Ministro da Saúde Dr. Ivo Garrido, e da Embaixadora dos Estados Unidos em Moçambique, Leslie V. Rowe.

MOÇAMBIQUE NO SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES DO GÉNERO

Tendo por objectivo a revisão dos indicadores que compõem o African and Gender Development Index (Indicador Africano de Desenvolvimento do Género), decorreu em Março último, em Addis Abeba, Etiópia, um seminário sobre estatísticas de género.

Tomaram parte nele, representantes da África de Sul, Malawi, Camarões, Ghana, Egipto, Filipinas, Moçambique, Madagáscar, Tunísia, Etiópia, Palestina, Tanzânia, Nigéria, Uganda, França, Holanda, Dinamarca, Organização Internacional de Trabalho, UNECA, OECD, FAO, UNIFEM e African Development Bank. Moçambique foi representado pela Dra. Destina Uinge, Assessora do Presidente do INE para a Área de Formação.



O AGDI é um instrumento concebido e desenvolvido pelo African Centre for Gender and Social Development (Centro Africano de Desenvolvimento Social e de Género) da Comissão Económica para África das Nações Unidas. Tem igualmente como função, medir/avaliar as desigualdades de género nas áreas social, cultural, económica e política. É um indicador que complementa outros, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano e Gender

Empowerment Measure (Indicador de Empoderamento do Género) desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na sua fase inicial o AGDI foi desenhado e implementado como piloto em Benin, Burkina Faso, Camarões, Egipto, Etiópia, Ghana, Madagáscar, África do Sul, Tanzânia, Tunísia, Uganda e Moçambique. A sua disseminação foi feita em 2009 através do African Women's Report (Relatório Africano da Mulher).

O AGDI é um indicador composto por duas partes: o Gender Status Index (Índice do Estado do Género) e o African Women's Progress Scoreboard (Quadro Africano do Progresso da Mulher). O GSI agrega indicadores seleccionados sobre educação, saúde, receitas, uso de tempo/emprego, acesso aos recursos, sector público e sociedade civil enquanto que o AWPS complementa o GSI e avalia o progresso dos governos africanos na implementação das convenções internacionais destinadas a reduzir as disparidades de género.

Com base na experiência adquirida pelos países envolvidos na fase piloto, o encontro avaliou a disponibilidade de dados estatísticos necessários à prossecução dos objectivos dos países interessados tendo recomendado a substituição de alguns indicadores, tendo em conta a informação estatística necessária para a monitoria dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

De acordo com as indicações saídas do encontro, o AGDI vai ser expandido para mais 23 países, sendo que os países que fizeram parte do piloto não estão contemplados nesta segunda fase. Assim, e caso assim o queiram poderão continuar a produzir os indicadores de que tenham necessidade, mas sem apoio da Comissão Económica para África das Nações Unidas.

ESTIMATIVA DA MORTALIDADE NA INFÂNCIA REUNE TÉCNICOS AFRICANOS DE ESTATÍSTICA

Técnicos africanos de Estatística, representando as regiões oriental e austral deste continente, estiveram reunidos recentemente em Nairobi, Kénia, para abordar aspectos relacionados com a estimativa de mortalidade na infância. O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique esteve representado pelo Chefe do Departamento de Estudos Demográficos, Dr. Cassiano Chipembe.

Organizado pela Representação do UNICEF para África Oriental e Austral, o evento tinha, entre outros objectivos, estabelecer um entendimento comum entre as Agências das Nações Unidas e representantes nacionais sobre as estimativas actuais da medição da mortalidade na infância, identificar as necessidades de informação que possa contribuir para a realização de estimativas da mortalidade infantil e na infância.

Outro dos objectivos pretendidos, foi estabelecer bases para o treinamento dos técnicos de estatística dos países africanos em matéria de uso da nova base de dados da mortalidade na infância, com a vista a utilização realização de estimativas de mortalidade na infância. Foi também definido como sendo de capital importância, a identificação de melhores vias de advocacia para melhor recolha de dados, seu uso e análise.

Entre outros, mereceram atenção especial, temas sobre

Fontes e Qualidade de dados, Metodologias de Estimativa da mortalidade infantil, Metodologias para ajustar as estimativas de mortalidade infantil e na infância nos países com elevadas prevalências de HIV/SIDA, Novas Estimativas de mortalidade infantil feitas pelo grupo inter-agências para Estimativas de mortalidade infantil. Os participantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer a nova base de dados de mortalidade infantil e na infância, apresentada durante o encontro.

No País

FMI AUXILIA AUTORIDADES NO MELHORAMENTO DA PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), constituída por técnicos de estatísticas distribuídos por vários tópicos, designadamente Contas Nacionais, Índice de Preços no Consumidor, Estatísticas Fiscais, e da Balança de Pagamentos, trabalhou em Moçambique, entre Fevereiro e Março 2010, tendo por objectivo auxiliar o País na melhoria nas técnicas de compilação e disseminação de estatísticas daquelas áreas, na actualização dos seus metadatos no quadro do Sistema Geral de Disseminação de Dados (GDDS na versão em inglês).

A missão trabalhou com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Moçambique (BM), numa perspectiva de contribuir para facilitar o intercâmbio das estatísticas usadas na formulação de políticas monetárias.

Sectores

No contexto das contas nacionais, os principais objectivos da missão foram: i) acompanhamento das recomendações da missão realizada em 2008; (ii) apoiar os esforços do INE na compilação e disseminação das contas nacionais trimestrais (CNT) a preços constantes e correntes; (iii) analisar os componentes da despesa do produto interno bruto (PIB); (iv) aferir a precisão dos deflectores do PIB; (v) analisar a consistência entre as estimativas do PIB a preços básicos e a preços de mercado.

No contexto do IPC, os objectivos da missão incluíram: a avaliação dos resultados do novo Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF); fornecer conselhos técnicos sobre a alteração da base do IPC para incorporar ponderadores baseados no novo IOF; avaliar o progresso na implementação das recomendações das missões anteriores; prover um novo software que poderia calcular o IPC de uma maneira mais correcta; e fornecer conselhos técnicos sobre o cálculo de um IPC núcleo.

Na área fiscal, as principais tarefas da missão foram: 1)

acompanhar as recomendações da missão de assistência técnica de 2005, em particular, a implementação do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (MEFP 2001) e a preparação de uma tabela de correspondências para o MEFP 2001, bem como averiguar a possibilidade de melhorar as estimativas relativas aos montantes por pagar e avaliar os atrasos registados nos pagamentos; 2) rever a cobertura e sectorização das unidades institucionais do sector público e das operações entre o sector das administrações públicas e outras unidades do sector público; 3) rever as discrepâncias entre o financiamento e as transacções de contrapartida que afectam o património líquido; e 4) criar condições para a implementação de um sistema para o reporte das estatísticas de finanças públicas (EFP) para disseminação pelo FMI nas Estatísticas Financeiras Internacionais (International Financial Statistics), no Anuário das EFP (Government Financial Statistics Yearbook) e na internet.

No sector externo, a missão trabalhou com o BM no âmbito da revisão da implementação das recomendações feitas pelas missões anteriores de assistência técnica, avaliou os resultados dos recentes inquéritos às empresas, fez uma revisão da metodologia e registo de operações de remessas e mega projectos, alocação dos direitos especiais de saque, e procedeu a análise à consistência entre os dados da balança de pagamentos, posição de investimento internacional de estatísticas (PII) e da dívida externa.

A missão realizou ainda reuniões onde foram analisadas várias questões técnicas com representantes do INE, o BM, o Ministério de Finanças, e Autoridade Tributária (AT), bem como com representantes da comunidade doadora para sensibilizá-la sobre os principais encontros e recomendações.

INE APRESENTOU RESULTADOS DO INCAM

O Instituto Nacional de Estatística (INE), procedeu, no passado mês de Março, a apresentação pública dos Resultados do Inquérito Nacional sobre as Causas de Mortalidade em Moçambique (INCAM 2007/2008). Esta operação estatística, que decorreu entre 2007 e 2008, foi realizada em colaboração com o Ministério da Saúde contando ainda com a assistência técnica da MEASURE Evaluation, CDC e do Bureau de Censos dos Estados Unidos da América e com financiamento da USAID e do UNICEF.

Refira-se que durante o inquérito foram visitados por inquiridores do INCAM, um total de 17,000 agregados familiares nos quais tinham sido reportadas durante o Censo 2007, 18.103 mortes.

A cerimónia de divulgação dos resultados do INCAM será dirigida pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Dr. João Dias Loureiro e contará com a presença do Ministro da Saúde Dr. Ivo Garrido, e da Embaixadora dos Estados Unidos em Moçambique, Leslie V. Rowe.

MANICA DIVULGA INCAM

Enquanto isso, a Delegação do INE na Província de Manica, promoveu, na Cidade de Chimoio, igualmente em Março, um seminário visando divulgar os principais Resultados do mesmo inquérito. Participaram no evento, representantes de instituições públicas, do ensino superior, entre outros convidados.

Os participantes no encontro, que foi dirigido pelo Delegado Provincial do INE, foram unânimes em reconhecer que a informação apresentada assumia-se como um importante instrumento de planificação para as actividades de desenvolvimento sócio-económico, não só para o País em geral, mas também, e em particular para a província. Consideraram por outro lado, que os dados apresentados representam um desafio para o redobrar de esforços na área de educação sanitária, com vista a reduzir a percentagem das principais causas de mortalidade naquela região do País.

LANÇADO COMPÊNDIO DE ESTATÍSTICAS AMBIENTAIS

Foi lançado recentemente no País, o compêndio nacional de estatísticas ambientais, publicação que põe à disposição do público, informação relevante sobre o uso e gestão dos recursos naturais. O documento irá contribuir por outro lado, para orientar as instituições interessadas na criação de directrizes com vista a desenhar políticas ambientais sustentáveis, bem como para a melhoria da coordenação intersectorial, nomeadamente ministérios, municípios e sector privado na mitigação dos problemas ambientais.

A apresentação pública da publicação foi dirigida pelo Primeiro-Ministro Aires Ali, que na sua alocução, afirmou, entre outros aspectos, que a iniciativa que presidiu a produção daquele importante instrumento, baseou-se na revisão da bibliografia e compilação de dados relevantes, existentes nos vários sectores do Aparelho do Estado. Para o efeito foram escolhidos quatro grandes capítulos, designadamente a informação base, recursos naturais, erosão e interacção entre ambiente e desenvolvimento.

Por seu turno a Ministra para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), Alcinda Abreu, deu a conhecer aos presentes na cerimónia de lançamento que a publicação em referência resultou de um trabalho coordenado entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o MICOA, visando providenciar informação ambiental fiável para aconselhamento na tomada de decisão e para uso público.

O compêndio é o primeiro do género em Moçambique e vai contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre potencial, uso e gestão dos recursos naturais no nosso País, de forma sustentável, sendo referência para académicos, estudantes, sociedade civil, sector privado entre outros.

O compêndio enquadra-se na campanha Nacional de Educação Ambiental (PECODA) lançado em Abril de 2009 pelo Presidente de República, a qual preconiza a elevação da consciência dos cidadãos sobre matérias ambientais. Entretanto, a produção regular deste documento vai obedecer um período de 5 em 5 anos.